

CB.PODER / Presidente do Sindicato da Indústria da Informação do DF (Sinfor), Carlos Jacobino, afirma que “na esfera da inteligência artificial, existem recursos fantásticos para melhorar a situação das queimadas”. É preciso regulamentar o setor

IA no combate a incêndios

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Jacobino, presidente do Sinfor-DF, criticou os projetos de regulamentação da IA no Congresso. Para ele, as propostas não refletem a realidade

Muitos empregos e grandes oportunidades na área de tecnologia da informação, mas poucos profissionais para ocupá-las. Agora, a preocupação do setor da tecnologia da informação são os 500 mil postos de trabalho vazios para 2025, de acordo com a pesquisa da Associação Brasileira das Empresas de Processamento de Dados (Brascom). Foi o que disse o presidente do Sindicato de Indústrias da Informação do Distrito Federal, Carlos Jacobino, em entrevista ao *CB.Poder* — uma parceria do *Correio Braziliense* e da TV Brasília, na edição de ontem.

O presidente explicou que, apesar da carência de profissionais, o aumento do número de vagas de emprego é uma oportunidade para os jovens recém-formados entrarem em um mercado que enfrenta transformações e inovações. “O mundo está em transformação acelerada. A tecnologia da informação está explodindo de inovação, como as inteligências artificiais (IA). As empresas brasileiras têm um grande desafio para conseguir preencher esses postos, mas é uma oportunidade para os jovens”, pontua.

No entanto, Jacobino entende que, no Brasil, ainda falta incentivo por parte das empresas e do Estado para avançar e qualificar os profissionais. “É preciso de uma política de estado a longo prazo, se o Brasil quiser uma estrutura de tecnologia, que envolva a IA”, argumenta.

A ideia do Sinfor-DF, disse, é transformar a capital brasileira em um polo tecnológico, por meio de um plano de integração entre a academia, o governo e as empresas, utilizando a chamada Tríplíce Hélice. “Brasília está atrasada na tecnologia. Temos,

aqui, grandes empresas com capacidade de inovação e temos a capacidade de integrar o Brasil a partir daqui”, assegura.

Além disso, Carlos Jacobino também criticou a maneira que a IA está sendo tratada no Congresso Nacional. Existem projetos para regulamentar o uso de IA no Brasil, mas, para Jacobino, as matérias não refletem a realidade brasileira e se baseiam nos modelos da União Europeia. Ele citou o Projeto de Lei 2.338/2023, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

“Estamos, neste momento, em vias de regulamentação da inteligência artificial no Congresso Nacional. O projeto que está mais avançado é de autoria do presidente do Senado que, inicialmente tinha um texto muito ruim, que já teve algumas melhorias, mas continua sendo um projeto muito restritivo, que cria uma série de fatores limitadores para a competitividade das empresas de tecnologia brasileira”, aponta Jacobino.

Segundo o presidente, o atraso tecnológico e a falta de competitividade para empresas de

tecnologia no Brasil serão acentuadas caso a matéria de Pacheco seja aprovada sem mais mudanças. “O Brasil ainda é considerado um país exótico para a tecnologia em geral, o que deixa o mercado internacional muito mais forte. Acontece que, quando limitamos o acesso a tecnologias da informação, nós freamos a competitividade e perdemos o bonde, para daqui a 20 ou 30 anos, no futuro, percebermos que é tarde demais para investir em tecnologia”, explica.

Para Jacobino, outro importante papel das novas tecnologias

para o Brasil é a prevenção e contenção de queimadas. Em meio aos incêndios que afetam todo o território nacional, o uso de inteligência artificial pode ser um dos maiores aliados no combate aos incêndios. Com o uso de softwares, que são ativados caso comece um foco de incêndio, as novas tecnologias da informação podem mitigar as queimadas antes que o fogo se alastre em outras direções.

De acordo com Jacobino, com o apoio de câmeras e sensores, um software com inteligência

Na esfera da inteligência artificial, existem recursos fantásticos para melhorar a situação das queimadas. Colocar um software, que tem a capacidade de tomar decisões como um ser humano”

Carlos Jacobino,
Sinfor-DF

artificial consegue processar as imagens e o calor do solo e, em caso de início de uma queimada, o sistema envia um alerta para o corpo de bombeiros e para drones que possam avaliar a situação e conter o fogo.

“Na esfera da inteligência artificial, existem recursos fantásticos para melhorar a situação das queimadas. Colocar um software que tem a capacidade de tomar decisões como um ser humano para monitorar as florestas e os locais críticos de incêndio. Por exemplo, o sistema que processa as imagens e percebe um foco de incêndio, mesmo que mínimo, consegue disparar uma ação para que um drone autônomo, com capacidade para levar litros de água, voe rapidamente para apagar aquele fogo, antes que a situação se alastre”, explica o presidente.

* **Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

REFORMA TRIBUTÁRIA

“Simplificar para não aumentar carga”

» RAPHAEL PATI*

Campinas (SP) — A reforma tributária está em tramitação no Senado, após ter sido aprovada em julho na Câmara dos Deputados. Segundo o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, a matéria deve ser encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 28 de outubro — um dia após o segundo turno das eleições municipais no país. Até esta data, os grupos de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promovem audiências para chegar ao texto final, que será encaminhado ao relator da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM).

O senador amazonense participou, ontem, de um debate promovido pela Associação

Brasileira de Supermercados (Abrás), durante o evento Abrás’24 food retail future, que ocorre entre os dias 15 e 17 de setembro em Campinas, no interior de São Paulo. Durante a discussão, o parlamentar reforçou que espera manter os compromissos originais previstos na reforma, como a diminuição da carga tributária, assim como os incentivos ao setor produtivo nacional.

“A consciência geral é de que o sistema tributário atual é caro, é muito oneroso para o povo brasileiro e para o setor produtivo, e precisa ser simplificado. Esta simplificação precisa garantir que não haja aumento de carga tributária”, disse o senador, em entrevista após o debate. Braga ainda não foi confirmado oficialmente como relator do projeto, devido ao ritual

da Casa, que prevê a definição somente quando chegar à CCJ. Apesar disso, seu nome já é tido como certo, após a confirmação da indicação de Rodrigo Pacheco.

“Que o Brasil possa voltar a ser competitivo em setores como a indústria, mas, ao mesmo tempo, que nós possamos assegurar que o comércio, que os serviços, a construção civil e outros segmentos importantíssimos da nossa economia acumulada possam ser cada vez mais competitivos e, enfim, gerar emprego, fazer o Brasil crescer de forma sustentada”, acrescentou o senador.

Além do relator, também estiveram presentes no evento outros parlamentares ativos na elaboração da proposta. Um deles, o senador Efraim Filho (União-PB), presidente da Frente Parlamentar de Comércio

e Serviços, aproveitou para criticar a condução da política fiscal no país e defendeu a manutenção da alíquota do Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA) em 26,5%.

“Agora, é (ter) cuidado com as alíquotas. Conter o teto máximo, para que o governo não tenha a liberdade de querer aumentar assim como quiser”, disse o senador, que ainda revelou estar otimista para aprovar o projeto na Casa antes do recesso parlamentar do final do ano. “Eu acredito, sim (que possamos votar a reforma no Senado), vamos encerrar de uma vez por toda a reforma sobre o consumo, para que a gente discuta a reforma sobre a renda e patrimônio”, completou.

* **O jornalista viajou a convite da Abrás**

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Braga, relator da reforma tributária, receberá sugestões da CAE

RAUL VELLOSO

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

REPITO (E ENFATIZO) QUE FAZER ISSO É O MESMO QUE FAZER TUDO O QUE FOR NECESSÁRIO (SEM JAMAIS REDUZIR A VIGILÂNCIA SOBRE TODOS OS ASPECTOS RELEVANTES ENVOLVIDOS) PARA ZERAR OS ELEVADOS E CRESCENTES DEFICITS ATUARIAIS QUE HÃ MUITO PERSEGUEM OS VÁRIOS ENTES PÚBLICOS BRASILEIROS

Hora de recuperar para valer

Reinou uma certa euforia na discussão macro do país, ao surgirem sinais repentinos de que o crescimento do PIB começa a reaparecer. Na verdade, ao contrário, talvez continue presente aquele que se afigura como o “x” da questão na desabada das taxas médias de crescimento do PIB, algo que precisa ser revertido.

De um lado, tem-se a disparada dos déficits previdenciários, que já vem ocorrendo há bastante tempo nos regimes próprios do setor público brasileiro, e, do outro, da desabada dos investimentos públicos em infraestrut

tura, uma consequência natural do estreitamento dos comalidos orçamentos públicos, em face, ainda, da alta rigidez das demais verbas orçamentárias, basicamente compostas de gastos correntes. Paralelamente, nem os investimentos privados nessa área ajudam, pois vêm apenas oscilando em percentual do PIB.

O espaço limitado deste artigo impede uma discussão mais detalhada do assunto. Mas o ponto central que me parece cada vez mais claro é que o setor público precisa se engajar

em um deliberado, permanente e potente esforço de equacionamento previdenciário, até a literal zeragem dos respectivos déficits atuariais, sem o que dificilmente sairemos do atoleiro da estagnação econômica, e de tudo de ruim que vem com ela. Repito (e enfatizo) que fazer isso é o mesmo que fazer tudo o que for necessário (sem jamais reduzir a vigilância sobre todos os aspectos relevantes envolvidos) para zerar os elevados e crescentes déficits atuariais que há muito perseguem os vários entes públicos brasileiros.

Refiro-me, agora, especificamente ao caso de meu estado natal, o Piauí, que, sob a liderança de Wellington Dias, hoje Ministro do Desenvolvimento Social, aprovou uma importante reforma previdenciária entre o final de 2019 e o início de 2020, praticamente igual à da União, reforma essa merecedora de muitos elogios dos especialistas mais renomados da área, embora o período de seu último mandato tenha se encerrado antes de que Dias pudesse completar o processo de equacionamento antes citado.

Só que o esforço de Dias felizmente foi longo, pois se estendeu à parte de alíquotas, ao se criarem alíquotas de apo-

sentados e pensionistas entre o salário mínimo e o teto do INSS, enquanto estados como São Paulo faziam, à época, exatamente o contrário, ao cancelar a mesma mudança de alíquota no apagar das luzes da gestão anterior à atual, sendo essa uma mudança, hoje, sob o risco de ser em breve equivocadamente derrubada de uma vez pelo STF, tendo os entes de abrir mão de item tão importante para o esforço de equacionamento.

Embora estados como o Piauí estejam, agora, “chiando” pelo temor de o STF suspender a cobrança de alíquotas dos aposentados e eles perderem receitas importantes, o fato é que,

até agora, ninguém se dedicou a fazer qualquer esforço organizado de “equacionamento do déficit previdenciário”, ou seja, a segregação de massas etc., como a administração Wellington pretendia fazer, algo que demonstraria um maior comprometimento para efetivamente resolver o seu problema financeiro. Agora, tudo vai depender de como o STF se posicionará. Só que, pelo que tenho sentido do noticiário a respeito disso, hoje, embora com margem pequena, a probabilidade maior é de que, infelizmente, os estados que cobram alíquotas maiores de aposentados, como o Piauí, tendam a sair derrotados.